

ANDRÉ JOLLES

FORMAS SIMPLES

*Legenda, Saga, Mito, Adivinha, Ditado, Caso,
Memorável, Conto, Chiste*

Tradução de
ÁLVARO CABRAL



EDITORA CULTRIX
SÃO PAULO

O DITADO

I

À Forma Breve que é a Adivinha acrescentarei uma outra Forma Breve a que se dá usualmente o nome de Ditado ou Provérbio. O nosso estudo estabelecerá até que ponto essas palavras designam uma atualização peculiar e em que medida poderemos também deduzir dela uma Forma Simples. Reagruparam-se sob o nome de Ditado o essencial do que é preciso para empreender tal estudo. As coletâneas de provérbios, ditados e máximas apareceram muito cedo — muito antes de serem matéria de uma disciplina científica chamada Etnografia — e com finalidades totalmente diversas. As primeiras coletâneas científicas dessa natureza coincidem, no Ocidente moderno, com o Humanismo e pertencem, em certo sentido, à esfera filológica e pedagógica. Bastaria mencionar Erasmo, Sebastian Franck, Martin Agricola, Heinrich Bebel — e também a compilação de provérbios que Lutero organizara para seu uso pessoal. O leitor encontrará, a este respeito, informações muito precisas numa obra excelente que vai servir de ponto de partida para as nossas considerações; refiro-me ao *Deutschen Sprichwörterkunde* (Estudo sobre o Provérbio Alemão), de Friedrich Seiler, publicado na coleção de manuais destinados ao ensino superior (*Back'sche Verlagsbuchhandlung*, Munique, 1922). Completa sob todos os aspectos, tal obra poupa-me o trabalho de citar as coletâneas de provérbios e os dicionários modernos. Entretanto, sejam quais forem os méritos dessa obra pioneira, nem por isso deixará de ser necessário alterarmos mais de uma formulação sua.

Seiler definiu o provérbio ou ditado da seguinte maneira: "Uma locução corrente na linguagem popular, fechada sobre si mesma e com uma tendência para o didatismo e a forma elevada."

Pouco antes da publicação de seu grande *Sprichwörterkunde*, já dera ele, numa obra mais limitada, uma definição algo diferente:

"O provérbio é uma locução corrente na linguagem popular, dotado de características didáticas e de uma forma que reflete um tom mais elevado que o discurso comum."

Quando se altera uma definição é porque se hesita neste ou naquele ponto. Ora, vemos que as "características didáticas" deram lugar a uma "tendência" didática, o que significa que um termo de maior amplitude foi substituído por outro mais cauteloso; parece, pois, que Seiler vacilou um pouco ao empregar a palavra "didático". Por outro lado, a segunda definição acrescenta a idéia de "fechamento". Ambas as definições possuem três elementos em comum: 1. o provérbio "é corrente na linguagem popular"; 2. é "uma locução"; 3. tem uma forma "elevada".

Examinemos mais de perto o primeiro desses elementos: o "corrente na linguagem popular", ou a popularidade do "provérbio", para lhe darmos o nome que recebe em seguida. O próprio Seiler sentiu bem até que ponto o termo "popular" é embaraçoso. Começa por dizer: "Faz-se necessária uma idéia de fácil apreensão e não muito elevada, palavras universalmente conhecidas e populares"; e distingue assim do provérbio fórmulas como "O amor espiritualiza as mulheres" ou "A vida é um sonho". Mas diz logo depois: "Afirmar que o provérbio deve ser uma verdadeira locução popular não significa em absoluto que todo o provérbio deva ser usual em toda a população. Muitos provérbios e ditados estão associados a certos lugares e aparecem amiúde num dialeto." Mais adiante lê-se ainda o seguinte: "Além disso, numerosos provérbios originam-se em meios profissionais bem definidos: máximas militares, anexins do artesanato ou do campesinato, provérbios estudantis. A formação intelectual ou moral também implica diferenças no uso dos provérbios. Existem os que preponderam nas camadas superiores de uma população e outros nas suas camadas inferiores. Os primeiros estão próximos do limite a partir do qual o provérbio desaparece em proveito da *sentença* ou *pensamento*."

Para falar especificamente, teríamos de imaginar, portanto, três camadas distintas: uma inferior, uma intermédia e uma superior. Nas duas primeiras, encontraríamos os provérbios, os ditados e máximas; na última, as sentenças e pensamentos. Só não

nos foi explicado como essas camadas se situam dentro do conjunto chamado "população", quais as suas relações recíprocas, que ligações existem, por conseguinte, entre o provérbio inferior e o superior, entre o provérbio superior e a sentença, entre todos esses provérbios, enfim, e os de "profissão", a que nos referimos mais acima.

Poder-se-ia pensar, é certo, que essas sentenças são produtos da literatura, mas isso não é inteiramente exato, visto que lemos pouco depois: "a distinção entre provérbios superiores e inferiores ocorre, em geral, quando uma língua escrita se desliga da língua falada." O provérbio superior já se vincula, pois, à língua escrita.

Essa cisão entre provérbios superiores e inferiores não tarda em ser também abolida — ou, pelo menos, deixa de ser considerada capital, pois vamos encontrar um terceiro termo plantado entre os dois: "Entre ambas as classes, encontra-se uma vasta camada intermédia, numericamente superior às outras duas, que é a dos provérbios de que todas as camadas da população se servem indistintamente." Explica-nos, inclusive, quando apareceu essa camada intermédia: "Esses provérbios remontam à época em que a vida espiritual da população, a sua maneira de sentir e de exprimir-se, eram ainda homogêneas e não separadas de acordo com as classes e os recursos."

Tenho bastante dificuldade em imaginar semelhante época sem classes nem recursos separados, tanto do ponto de vista lingüístico quanto do sociológico. Atrevo-me até a duvidar da possibilidade de semelhante idílio na história das culturas. Felizmente, os provérbios da classe intermédia também remontam, por seu lado, a uma outra época: "Eles escorreram, gota a gota, da camada superior para a inferior." Seja como for, essa camada intermédia "conta não só os provérbios mais difundidos, mas também os mais numerosos".

Nada disto nos proporciona a imagem exata do que se entende aqui pela palavra "população", nem nos fornece indicação alguma sobre o local onde o provérbio nasce e se situa nessa população. O conceito de "população" acarreta ainda outras dificuldades quando se chega ao capítulo segundo, consagrado ao nascimento do provérbio e dedicado a elucidar-nos sobre o modo como tal nascimento ocorreu.

Os provérbios são classificados nesse capítulo de acordo com sua origem e em duas categorias: os literários e os populares.

Parece, portanto, que a literatura não faz verdadeiramente parte da "população". Os provérbios literários, diz-nos Seiler, "são muito mais numerosos do que comumente se julga. São os mais difundidos e os mais substanciais."

Como os provérbios literários iriam ser objeto de um livro especial, Seiler resolver dedicar-se exclusivamente aos provérbios populares em seu *Sprichwörterkunde*. Mas quer refutar, logo de entrada, uma "idéia romântica". "Durante longo tempo, predominou a opinião de que o ditado popular teria por origem, tal como a poesia popular, o conto popular ou a gesta popular, as profundezas misteriosas da alma do povo." Essa opinião, segundo parece, já se encontrava em Aristóteles e ter-se-ia imposto em seguida, independentemente de Aristóteles, graças a Rousseau e a Herder; mas não resistiria, diz-nos Seiler, às investigações mais recentes: os provérbios e ditados populares não brotaram misteriosamente das profundezas da alma popular. "Como totalidade, o povo nada cria. Toda criação, toda invenção, toda descoberta promana sempre de uma personalidade individual. É preciso, forçosamente, que qualquer provérbio, qualquer ditado tenha sido primeiro enunciado por alguém, num certo dia e nalgum lugar. Se agradar aos que o ouvirem, será propagado como locução proverbial; é então provável que o retalhem e retoquem até dar-lhe uma forma prática para todo o mundo, convertendo-o, dessarte, num provérbio ou ditado universalmente conhecido."

Este processo tampouco está muito claro. O autor diz-nos que todo provérbio foi locução proverbial e que o povo, como totalidade, nada sabe criar ou inventar — embora saiba perfeitamente, segundo parece, "retalhar" e "retocar" um objeto previamente existente, até incutir-lhe uma configuração cuja validade seja universal. Ora, acontece que o provérbio só se torna locução proverbial depois de ter recebido, do povo, essa forma dotada de universalidade e assim por diante.

Não tenho a intenção de travar aqui polêmica contra a obra de Seiler. O que desejo mostrar neste debate é, tão-somente, que o conceito de *povo* não nos permite dizer mais do que isto: aquilo a que chamamos provérbio ou ditado existe, ao que parece, em todas as camadas de um povo, em todas as suas classes, em todos os seus meios: nos mais altos, nos mais baixos, nas camadas intermédias, entre os camponeses, artesãos, letrados e sábios.

II

Vejamos agora a segunda característica explicativa do provérbio: *o provérbio é uma locução*. Trata-se de uma expressão genética para dizer que o provérbio não é um conceito de base *per se*, mas deve ser reduzido a um conceito de base. Por outras palavras, segundo o nosso modo de ver, existe uma Forma Simples que se chama Locução, a qual se atualiza em provérbios ou ditados. Quanto a saber se essa Forma Simples poderá atualizar-se de outra maneira, vê-lo-emos mais adiante.

Como existem provérbios e ditados por toda parte, tanto no Ocidente como no Oriente, tanto hoje como na Antiguidade, não é necessário procurá-los, como no caso da Adivinha verdadeira, nem traduzi-los, como no caso da Legenda e da Saga. Encontramo-los a cada instante e essa familiaridade permite-nos tentar determinar imediatamente a disposição mental de que resultam a Forma Simples, ou seja, a Locução, e a Forma atual, o Provérbio ou Ditado, sem que se faça necessário procurar um ponto da História onde se situaria uma realização peculiar e bem caracterizada.

Se concebermos o universo como uma multiplicidade de sensações e vivências, estas, uma vez apreendidas, ordenadas e reunidas, resultam em grande número de experiências, que continuarão sendo uma multiplicidade de pormenores. Determinada experiência é compreendida, de cada vez, independentemente das demais, e as conclusões das várias experiências só podem ser imperativas e suscetíveis de avaliação nesse universo e dessa maneira, se nos mantivermos nelas e partirmos delas. É um universo intemporal porque os instantes, em sua especificidade individual, não logram transcender juntos para constituir um tempo (e não como no universo onde já não existe experiência, porque os instantes se fundem numa eternidade). É um universo que carece da quarta dimensão, um universo assintótico, um universo de elementos isolados, que sabe adicionar mas não sabe multiplicar.

É impossível pensar em termos conceptuais a totalidade e cada pormenor de semelhante universo, uma vez que o pensamento conceptual é justamente o obstáculo contra o qual esse

universo esbarra e que, por sua parte, o destrói. Vamos reencontrar aí a separação e a ligação, a comparação e o relacionamento, as articulações e a classificação; todavia, a separação predomina nas ligações, a sobreposição subsiste nas correlações e a distinção dos termos na classificação. Em poucas palavras, tal universo não é um cosmo e sim a dispersão, o empírico.

É possível refugiarmo-nos num universo assim quando saímos de outros universos, pois é nele que se desenrola uma parte da nossa existência e, cada vez que nele nos encontramos, a forma resultante da nossa disposição mental e das idéias que lhe estão vinculadas é essa Forma Simples a que chamamos Máxima ou, melhor ainda, Locução — embora sabendo que estamos restringindo assim a acepção da palavra.

Em nossa morfologia, a Locução é, pois, a forma literária que encerra uma experiência sem que deixe de ser, por isso, o elemento de pormenor no universo do distinto. Ela é o vínculo aglutinador desse universo, sem que a coesão assim obtida o arranque ao empírico.

O provérbio é a atualização dessa forma; entretanto, ao invés das outras formas, cujos modos de atualização eram indistinguíveis com tanta precisão, verifica-se que é possível distinguir outras atualizações e que a máxima, a sentença, o dito proverbial, o adágio, o apotegma e o aforismo têm, cada qual à sua maneira, um lugar nessa forma.

Contentar-nos-emos, porém, em estudar uma única atualização, a do Provérbio ou Ditado, a qual explica suficientemente a natureza dessa forma.

III

Começemos por ver a Locução *per se*. Suponhamos um fracasso que poderia ter sido um êxito; atribuímos tal fracasso a um defeito que nos é essencial e que conhecemos por experiência; a falta de "êxito", talvez digamos nessa circunstância, é obra do acaso. O homem precisa ter sorte.

Suponhamos agora um êxito que poderia não ter acontecido; se o atribuirmos a uma iniciativa audaciosa, que a experiência nos diz ser o germe do sucesso, diremos também, mas

num outro tom, que foi obra do acaso: o homem precisa ter sorte.

A locução aparece, pois, na vida e na arte, sempre que uma experiência é apreendida da maneira indicada acima. Mas estes exemplos bastam para mostrar que não se trata de um juízo crítico a respeito dessa situação, nem de uma reflexão que correria mais ou menos assim: "Se eu tivesse agido de outra maneira, talvez... etc." Isolamos um fato ou realidade e enfiamos-lo no colar da experiência, que tem uma quantidade enorme de pérolas semelhantes. Falamos de um universo da experiência, mas é evidente que tal universo, pelo próprio fato de ser empírico, divide-se de acordo com os interesses, as ocupações e a experiência de cada classe e de cada meio — experiências que se conjugam e se encerram em universos distintos.

Essas experiências encerram-se com muito maior facilidade em locuções, ou em máximas, uma vez que são adquiridas numa esfera social ou profissional específica. O que explica, aliás, o fato de podermos distinguir e reconhecer na locução os meios de que nos fala Seiler: soldados, artesãos, camponeses, estudantes. Essas locuções avizinham-se das características de outras camadas sociais: humanistas, escritores etc. —, mas também daquela classe intermédia da locução onde convergem as experiências de numerosos indivíduos. A experiência que nos convida a aproveitar uma ocasião quando esta se nos apresenta, e a não perder tempo, converte-se, assim, na experiência do ferreiro e expressa-se do seguinte modo: "É preciso malhar o ferro enquanto ele está quente." Ou a experiência do galanteador que se traduz em "A fortuna sorri aos audaciosos." Estas duas fórmulas são igualmente capazes de isolar e classificar uma experiência no seio daquela classe intermédia de que nos falou Seiler.

Isto nos leva à palavra "didatismo", que Seiler já atenuara por conta própria na sua segunda definição e que, em minha opinião, deveria ter suprimido, pura e simplesmente. A Locução não é didática, não possui um caráter didático nem mesmo uma tendência didática. Isso não significa que não se possa aprender pela experiência mas, antes, que — no universo de que estamos falando — não cabe conceber a experiência como algo de que se deva extrair uma lição. Toda didática é um começo, a base de uma construção mais vasta, enquanto que, na forma em que a Locução a apreende, a experiência é uma conclusão. Sua tendência é para a retrospectiva, seu caráter é a resignação. Isso

é igualmente verdadeiro a respeito das suas atualizações. O provérbio ou ditado tampouco é um começo, mas uma conclusão; é a rubrica e o selo visível que se apõem a uma idéia e que o caráter da experiência lhe impõe.

Temos o mais claro exemplo disso quando o provérbio apresenta a mesma forma dos modos de ensino ou da injunção. Os imperativos "Honra a teu pai e a tua mãe" e "Conhece-te a ti mesmo" são distintos dos imperativos "Não faças a outrem o que não queres que te façam a ti" ou "Diz-me com quem andas e dir-te-ei quem és." Os dois primeiros imperativos visam ao futuro; poderíamos chamar-lhes imperativos categóricos. Nos dois últimos, predomina o passado que levou às respectivas conclusões. Pois não é intempestivamente que dizemos "Rirá melhor quem rir por último", mas quando vemos alguém rejubilarse prematuramente com algo sobre que não foi dita ainda a última palavra; e quando dizemos "Não se deve cantar vitória antes da batalha", é porque uma confiança cega, que sabemos, por experiência, ser aziaga, já comprometeu os bons resultados de um empreendimento, a *fortuna hujusce diei* dos romanos. Também neste caso se associa empiricamente, e por conclusão, um acontecimento passado a acontecimentos atuais da mesma espécie. A ausência de sentido moral, tão frequentemente reconhecida e deplorada nos provérbios e ditados, explica-se pelo fato de o universo empírico ignorar a moral. Nos provérbios, existe sempre uma tampa sobre o poço — mas que só é posta depois de a criança ter-se afogado.

Disse Wilhelm Grimm: "O verdadeiro provérbio popular não nos oferece voluntariamente um ensinamento. Não é o fruto de meditações solitárias, mas o lampejo de uma verdade pressentida desde longa data e que encontra por si mesma sua expressão mais elevada."

Sebastian Franck aludiu igualmente a esse caráter conclusivo do provérbio quando o define como uma "breve sentença arguta", soma de toda uma atividade. Sentença arguta é uma expressão graciosa que, infelizmente, caiu em desuso, para designar a locução e suas atualizações. Mas conserva também um pouco da sabedoria que é uma das propriedades constantes do provérbio ou do ditado.

Chegamos assim às atualizações da locução. E deparamo-nos de novo com a pergunta habitual: Como se produz essa atualização, como é que a Forma atual decorre da disposição mental sugerida pela palavra-chave Empirismo ou Experiência? (A bem dizer, já estávamos além da "sugestão".) Ou, em termos mais práticos: como a experiência que extraímos da vida e se resumiu em "O homem precisa ter sorte" se converte num provérbio como "Sorte de uns, azar de outros", ou "Feliz no jogo, infeliz no amor", ou "É na desgraça que se conhece o amigo", e assim por diante?

Tomemos esse "como" num sentido mais genérico e vejamos de que maneira Seiler representa as coisas. Como já vimos, considera ele que a atualização passa sempre por um indivíduo. Para Seiler, o provérbio ou ditado parte sempre de um indivíduo, como toda e qualquer criação, descoberta ou invenção; e descreve esse personagem quando o define como "um espírito lúcido, armado de um sólido senso comum e dotado, além disso, da faculdade de encontrar a palavra exata".

Deixemos de lado essa tendência da história literária a que aludimos em nossa introdução e que consiste em partir sempre do poeta como a força que incute forma e estrutura; o que levou Seiler e alguns outros a tal convicção foi um fato peculiar. É certo possuímos locuções atualizadas que provêm de indivíduos identificáveis; como já dissemos, são as *locuções proverbiais*. São as "palavras aladas" cuja origem remonta a Homero e que reencontramos em alemão na expressão *Geflügelten Worte* usada por Georg Büchmann em 1864, quando reuniu pela primeira vez numa obra as locuções desse tipo e projetou sobre elas alguma luz esclarecedora; a escolha da expressão talvez não tenha sido muito feliz, mas aclimatou-se tão bem ao idioma alemão que a conservamos.

Büchmann requer as seguintes condições para as locuções proverbiais:

1. Devemos poder estabelecer a sua origem literária ou o seu autor histórico;

2. Devem ser não só universalmente conhecidas mas ter passado também ao uso corrente e ser universalmente empregadas;
3. Esse uso e emprego devem ser não apenas provisórios mas duradouros, embora a duração não signifique necessariamente uma eternidade.

Estamos, pois, diante de autênticas atualizações da Locução, que provêm de indivíduos e, sem dúvida, de indivíduos armados de bom senso e dotados da faculdade de encontrar a palavra exata. Quanto a esses indivíduos, é igualmente certo que a sua identidade pode ser estabelecida, mas sem que seja universalmente conhecida. Quando se diz a respeito de alguém, "Ele cala-se em sete línguas", sabemos sempre que a frase é de Schleiermacher e se refere a um determinado indivíduo? É evidente que não. E quando se diz: "A vida é o momento que vivemos", quem sabe que isso é um estribilho de Nestroy? Para Seiler, todos os provérbios tiveram de conhecer a mesma sorte e promanar de uma certa pessoa, de um escritor que depois caiu no esquecimento; e daí tirou ele, audaciosamente, a conclusão de que, em sua origem, todos os provérbios eram locuções proverbiais.

Façamos alguns comentários a esse respeito. Büchmann jamais estabeleceu a existência de um autor para qualquer dos provérbios a que chamaremos aqui "correntes" ou "usuais". Ignoro a quantidade, mesmo aproximada, de tais provérbios, mas assinalo apenas que o primeiro volume do *Deutschem Sprichwörter-Lexicon*, de Wander, contém cerca de 45 000 provérbios e ditados alemães, e que o conjunto dessa obra totaliza cinco volumes. Mesmo levando em conta algumas repetições ou variantes do mesmo provérbio, ainda sobra um par de centenas de milhares — e é estranho que todas as personalidades tenham caído no esquecimento. Aliás, Büchmann não tentou sequer encontrar os autores desses provérbios "usuais". Ele sabia muito bem que uma locução proverbial não é um provérbio, distinguia-os à primeira vista e compreendia que se tratava de um outro gênero, de um outro modo de atualização. A fronteira é fluida, por vezes; houve giros de frase empregados primeiro em ocasiões particulares ou numa situação determinada, para serem depois de uso ou emprego universal; e pôde-se considerá-los locuções proverbiais, embora tenham sua origem em atualizações mais antigas e mais genéricas. Mas trata-se de uma ínfima

minoria. Na grande maioria dos casos, o provérbio e a locução proverbial não correm o perigo de ser confundidos. Uma dessas locuções, que remonta a atualizações mais antigas, é a “tempestade num copo de água”, cuja paternidade se atribui comumente a Montesquieu. Ora, Büchmann estabeleceu que Montesquieu foi buscá-la a locuções do período humanístico, que tiveram origem, por seu turno, em expressões da Antiguidade.

Entre nestes pormenores para mostrar que a noção de “personalidade”, de Seiler, não é mais utilizável, do ponto de vista do método, que o seu conceito de “povo”. Não podendo o “povo” ser reconhecido na qualidade de poder criador, e como a “alma popular” teve de ser jogada no ferro-velho do Romantismo, foi na personalidade armada de um sólido bom senso que se concentrou a força criadora. Mas era ainda necessário que essa personalidade caísse, por sua vez, no esquecimento, que os seus bens fossem “retalhados” e “retocados” para tornarem-se propriedade coletiva. E não se fornece indicação alguma de como e onde isso ocorreu. Dizem-nos: “Foi preciso que cada provérbio começasse por ser enunciado algum dia e algures”; também se poderia dizer, naturalmente: “Foi preciso que cada provérbio retocado começasse por ser enunciado algum dia e algures”. E poder-se-á acrescentar: Foi preciso que cada palavra começasse por ser enunciada algum dia e algures. E assim sucessivamente, *ad infinitum*. Não nego a existência de um circuito entre a personalidade e o povo; não duvido de que esse circuito se revista de significado e importância para a crítica literária. Afirmo apenas que não é possível determinar, a partir desse circuito, a natureza e o significado de uma forma, e afirmo-o, sobretudo, porque esse método só nos conduziu, até hoje, a becos sem saída. O provérbio não é uma locução proverbial; a locução proverbial não é um provérbio. Aquilo que representa o cunho particular de uma personalidade pode perder os vínculos que o ligam à pessoa assim caracterizada, mas não pode perder seu caráter próprio. O nome do autor pode ter sido esquecido, coisa que acontece muitas vezes, até nas Formas artísticas, mas conservar-se-á a consciência de uma diferença: a existência de um autor.

O provérbio e a locução proverbial têm um ponto em comum: ambos se enquadram na mesma disposição mental. Se quisermos cotejar concordâncias e divergências, um só método existe: observar umas e outras a partir do instante em que a forma evolui dessa disposição mental para realizar-se. A tal

respeito, Seiler efetuou também um trabalho notável ao expor de maneira exaustiva os fatos da linguagem no provérbio. Fica por explicar o sentido desses fatos, o que faremos quando forem apresentados alguns exemplos.

De modo geral, a locução proverbial designa um estado de fato sob uma espécie a que se chama *enunciado*. Está aí toda a diferença em relação ao Mito e à Adivinha, formas que se realizam no binômio pergunta-resposta e cuja espécie é, portanto, como já vimos, a *conversação* ou *diálogo*. Mas o enunciado da locução não progride por ligação ou conclusão de um juízo a um outro; refere-se a um estado de fato, de maneira única e absoluta, e diremos que a sua espécie é a de *afirmação* ou *apodíctica*, não de *desenvolvimento* ou *discursiva*. Está claro que essa espécie afirmativa é a única que permite exprimir aquilo a que chamamos a experiência.

Prossigamos nosso exame da linguagem em que a locução se atualiza. Vejamos primeiro as palavras e a espécie dessas palavras. Sirva de exemplo: “*Um ‘tens’ vale mais que dois ‘tu terás’*.” O que é a palavra *tens*? Não é certamente um substantivo. Tampouco é um adjetivo. Um verbo substantivado? Não exatamente. A maneira como esse vocábulo se apresenta não permite enquadrá-lo numa das categorias gramaticais habituais. Ele tem algo de duas espécies de palavras, mas sem deixar de ser de uma espécie particular que o distancia da definição geral. Podemos dizer que a palavra opõe-se aqui às generalizações do conceito e, exagerando um pouco, diríamos que ela só pode ser assim empregada nesse lugar e nesse contexto.

Da palavra e da espécie de palavra, passemos à sintaxe. Bastará um exemplo: “*Longe da vista, longe do coração*”. Eis um esquema muito conhecido, presente em numerosos ditos e provérbios (outra forma comum na Alemanha é “*Longe da igreja, longe de Deus*”) e favorecido, como se costuma dizer, pela poesia sentenciosa, por exemplo, nas trovas bávaras. Podemos considerar tal esquema um período paratáxico rigorosamente simétrico; só que nenhuma das duas metades possui sujeito, complemento ou predicado, no sentido habitual destes termos. Correndo o risco de fazer um simples jogo de palavras, diríamos que se trata menos de um período contrastado que de um período contrariado. Esse esquema, em seu todo, não apresenta uma sintaxe da unidade, mas uma sintaxe da diversidade, em que o significado resulta de contrários autônomos; foi o que Wilhelm

Grimm quis dizer quando falou de uma verdade que encontra a sua mais alta expressão num surto fulgurante.

Também é descabido conceber esse esquema como ligação entre uma comparativa e a sua principal, tanto quanto procurar descobrir a reunião de uma principal e de uma relativa no esquema igualmente conhecido que começa com "quem": "*Quem pode manda, quem não pode agüenta*", por exemplo, nada mais é que uma hipotaxe. É uma sobreposição clara, onde a subordinação está fora de causa e o elemento "quem pode" exerce a mesma função de "um tens" em "Um 'tens' vale mais que dois 'tu terás'". Toda e qualquer modificação, por mínima que seja, que tenha em vista generalizar, destruirá aqui o valor da Forma atualizada. Vê-se em seguida que o provérbio perde em vigor se dissermos: "Aquele que não tem capacidade de mando tem de sujeitar-se a ser mandado."

O mesmo se verifica quando se analisam os meios estilísticos empregados por tais períodos. Podemos dizer que "Hoje vivo, amanhã morto", é um assíndeto. Mas percebe-se bem que este exemplo vai além do que geralmente se designa pelo recurso estilístico do assíndeto. O assíndeto, que suprime a ligação entre os membros da frase (exemplo: Cheguei, Vi, Venci), deixa de sê-lo a partir do momento em que já não se pode falar de ligação. No provérbio, ainda que possua a forma assíndética, a noção de assíndeto perde todo o sentido. Vista superficialmente, a expressão "Cada amigo, cada tolo", pode passar por uma anáfora. Se a examinarmos mais atentamente, porém, perceber-se-á que não podemos considerar "cada" o centro em torno do qual se reagruparam as partes do discurso (como na anáfora); apesar da repetição, as outras palavras conservam uma liberdade igual em relação àquela.

A linha melódica do provérbio permite observações análogas. Já vimos que um certo esquema retórico pode ser comum a provérbios ou adágios diferentes. Mas também caberia falar de um esquema rítmico e este foi outro ponto estudado meticulosamente por Seiler. Três provérbios tão diferentes quanto *Allzu klug ist dumm* [O que julga saber tudo é tolo], *Selber ist der Mann* [Se você é homem, seja homem], *Wie mans macht, isis falsch* [O que você fizer errado está], têm o mesmo esquema silábico (— ∪ — ∪ —). O mesmo pode ser dito a respeito de expressões mais complexas: *Wer den Heller nicht ehrt, ist des Talers nicht wert* [Quem não dá valor a um tostão, não vale

um milhão] e *Wenn die Hoffnung nicht wär', ei so lebt' ich nicht mehr* [A esperança é a última a morrer] (∪ ∪ — ∪ ∪ — | ∪ ∪ — ∪ ∪ —). Ocorre, porém, que o esquema rítmico não tem a mesma função nas formas artísticas e no provérbio; nas primeiras, é o elo que faz progredir a criação verbal, enquanto que no provérbio é o elo que encerra a Forma. A aliteração e a sucessão de períodos só agravam a individualização que já observamos na sintaxe; e tanto a métrica como a rima lembram menos a onda que flui e reflui do que as barras de uma grade.

Vejamos, finalmente, a "Imagem", o Tropo. *Lügen haben kurze Beine* [A mentira tem pernas curtas]. Sobre a espécie de palavra que *Lügen* é não há dúvida: um substantivo; além disso, a frase tem sujeito, complemento de objeto direto e predicado. Mas o que acontece a esse substantivo? Atribui-se-lhe um complemento que não é da mesma ordem, que se situa num outro plano. As mentiras não são corpos, não têm pernas. Recorde-se o que dissemos, antes, das línguas especiais, a propósito da Adivinha e da palavra "pé". As "pernas" poderia, de fato, ter a mesma espécie de significação que o "pé" na linguagem da Adivinha e haveria várias realidades da mesma espécie que se reencontrariam na ambigüidade de uma palavra. Mas não é esse o caso. O que nos é dito, rigorosamente, não é que as mentiras têm pernas, mas que as mentiras têm pernas curtas. Isto não significa — como na linguagem da Adivinha, em que o pé designava tudo quanto tenha por natureza e função sustentar — que a perna assinale aqui todo órgão de locomoção; duas palavras sem qualquer ligação entre si — *mentira* e *pernas curtas* — são aqui reunidas sem transição e de modo tal que o significado de uma — *mentira* — resulta dessa reunião e, ao mesmo tempo, é arrancada ao seu emprego geral e perde a existência como experiência. A um singular indeterminado, que poderia passar por abstração, aplica-se uma qualidade incompatível, o que elimina a possibilidade de abstração e retira a palavra do domínio conceptual, repondo-a no das coisas acabadas.

O mesmo acontece quando o provérbio todo parece ser uma única imagem e se diz "É preciso malhar o ferro enquanto está quente", em vez de "É preciso aproveitar a oportunidade quando esta se apresenta". Não se compara a oportunidade com um pedaço de ferro nem a pessoa que aproveita com o martelo que malha; não se substitui um conceito por outro; é a forma que brota como um relâmpago — para usar de novo os termos de Wilhelm Grimm — a partir de uma verdade conhecida de

longa data e, no momento em que se converte em experiência, essa forma separa-a de toda generalidade, anula-lhe a possibilidade de tornar-se abstração e remete-a ao universo empírico.

Para resumir as observações que fizemos a respeito dos fatos lingüísticos do provérbio, podemos dizer que a língua do provérbio é de natureza tal que todos os seus elementos possuem uma existência individualizada e opõem-se a toda generalização e a toda abstração, tanto no que se refere ao sentido e às ligações sintáticas e estilísticas como no tocante à linha melódica.

Quer no pormenor como no todo, a língua do provérbio obedece à disposição mental que conduz à locução. Nesse universo, a diversidade de vivências e sensações pode conjugar-se debalde em experiências, pois a soma destas continuará sendo uma diversidade de elementos de pormenores e as palavras só têm valor empírico em seus significados e conexões. A separação prevalece na ligação, a sobreposição na relação, a distinção dos elementos nas classificações. Todas as palavras, todos os componentes de frases, todos os elementos do discurso continuam sendo sempre e exclusivamente um *hic et nunc* em vizinhança recíproca. Nesse universo, as realidades de fato são enfiadas como pérolas de um colar e é isso o que constitui seu gesto verbal.

No começo deste capítulo, dissemos que uma parte de nossa existência se passa no interior desse universo e que ele é mais corrente na vida cotidiana que no da Saga ou da Lenda e, sobretudo, no universo verdadeiro da Adivinha. Compreende-se facilmente por que temos necessidade dele: nesse universo, podemos rechaçar todas as conseqüências e conclusões exaustivas que a experiência nos impõe, sempre que nos instiga a pensar por conceitos e pretende tornar-se conhecimento; e nele descansamos sempre que as ligações internas de uma ordem moral do universo nos aborrecem; é o nosso universo da sobriedade.

É esse universo que cada provérbio evoca na vida. Já assinalamos, de passagem, que não só é possível deduzir as Formas da disposição mental delas como também podemos, compreensivelmente, remontar-lhes à sua disposição todas as vezes que elas se apresentam numa atualização. A forma Saga resulta da disposição pertinente ao universo do clã e dos vínculos de sangue; e, por nossa parte, quando lemos uma saga, é impossível entender o universo de qualquer outra maneira. A forma

do Mito contém a mais alta liberdade do universo, a de se criar a si mesmo; e até quando lemos um mito que não é dos nossos respiramos melhor. Também no Ditado ou Provérbio vivo tem-se essa sensação e empregamo-los sempre que classificamos uma experiência, que a arquivamos, por assim dizer, sem por isso eliminá-la; e, quando outros enunciam um provérbio, sentimos igualmente que eles nos poupam o trabalho de elaborar vivências e percepções. *Tudo está bem quando termina bem!*

Como já assinalamos, existem muitos outros modos de atualização da locução — além do provérbio e do ditado — graças à capacidade dessa disposição mental para isolar e individualizar; no interior da Forma Simples, tais atualizações constituem um todo, mas separam-se no momento em que se atualizam e, inclusive, cada uma delas recebe um nome distinto.

Iremos analisá-las mais de perto; gostaria, porém, de aduzir algumas considerações antes de abordar a locução proverbial. De modo geral, podemos dividir os materiais compilados por Büchmann em duas categorias: a das locuções proverbiais de autores, ou *citações* que se tornaram proverbiais; e, por outro lado, as locuções proferidas por uma pessoa qualquer numa determinada situação e a que Büchmann chamou locuções *históricas* quando, em nossa opinião, seria preferível falar de *apotegmas* ou *aforismos*. Ambas as formas pertencem à disposição da locução. A locução proverbial “Estúpido como uma pedra” não pretende dar uma definição; é uma situação determinada que a locução isola completamente e individualiza sob o modo de experiência. A situação é idêntica no caso das locuções de autor, que derivam de uma obra literária e desta se desligaram; de algum modo. As obras de arte também contêm situações bem estabelecidas que pedem para ser apreendidas sob a espécie de locução. É esse precisamente o caso, muitas vezes, no final de um capítulo. Como tais experiências ocorreram numa situação determinada, a locução apreende-as também no terreno empírico a fim de, por sua vez, individualizar-se; justamente pelo fato de ter-se convertido em locução é que a experiência é individualizável. Dessarte, a locução pode abandonar a obra literária, desprender-se dela, manter-se fora dela e ser independente, como, no provérbio, as palavras da frase que abandonaram suas ligações sintáticas. Se o fenômeno for assim visto, chega-se à locução proverbial cujo autor se tornou desconhecido.

O *emblema* era, entre os Antigos, “um pequeno objeto — geralmente de outro material — colocado sobre um objeto

maior". O enxerto aposto a uma árvore de fruto, a estaca que fixa em sua haste o ferro do *pilum* romano, a palmilha introduzida num sapato, são outros tantos "emblemas". Cada um desses pequenos objetos pode indicar que o todo em que ele foi introduzido, no qual o "lançaram", é constituído pela diversidade dos elementos de pormenor. Mas cada ladrilho de um mosaico também é um emblema; neste caso, os elementos não são distintos, mas semelhantes e, por conseguinte, cada ladrilho indica que o conjunto se compõe de unidades distintas. Finalmente, os motivos torêuticos no fundo de uma taça de beber também são emblemas, porquanto mostram que estamos na presença de uma dualidade, a da obra de arte e a do utensílio de uso comum, dualidade que difere da obra homogênea que a taça pode vir a ser em virtude da perfeição de sua forma.

Mas o emblema pode não apenas *assinalar* que um todo se compõe de uma variedade de elementos de pormenor como *significar* também, por si mesmo, essa variedade, na medida em que é uma montagem distinta; logo, é para nós o objeto que, investido de uma disposição mental, a consubstancia no universo dos objetos.

Tal como o símbolo, o emblema passou a ter o sentido geral de Alegoria. Primeiro, não é para nós uma imagem mas um objeto; depois, não encarna o sentido de um todo de modo tal que nele se manifeste o significado desse todo como totalidade, mas destaca o fato de o sentido de um todo não se entender senão como combinação de unidades distintas.

O CASO

I

Até agora, dediquei-me a tratar da Legenda, da Saga, do Mito, da Adivinha e do Ditado, e a apresentar suas respectivas definições. De todas estas formas conhecemos, pelo menos, o nome e a existência. Mesmo que nos empenhássemos em não associar tais nomes a conceitos bem circunscritos e em não definir com precisão o que é uma saga ou uma legenda, não se duvidaria da sua existência. Partindo desses nomes e dessa convicção, tentamos esclarecer idéias vagamente vislumbradas, separar o que não se coaduna, definir noções: enfim, apreender a natureza e o sentido de cada uma dessas formas.

Restam duas outras formas que conhecemos também de nome, o Conto e o Chiste. Entretanto, antes de passar a estudá-las, devo apresentar uma pergunta: esses nomes, que são nossos conhecidos, esgotarão a lista de todas as formas? Não haverá outros termos que conhecemos e ligamos, ainda que de modo impreciso, é certo, a noções gerais, quando eles queiram, de fato, designar formas que cabem em nossa lista? Seria desnecessário dizer que, quando falamos de *lista*, pensamos num sistema fechado, numa série finita; dessarte, o conceito de Forma Simples permitiria apenas um número limitado de possibilidades, sendo tal a sua natureza que cada forma é o lugar onde o universo pode realizar-se de maneira determinada.

Talvez as Formas Simples constituam a *base da teoria literária* e abranjam a parcela dessa crítica que se situa entre a língua como tal e as produções em que uma disposição mental encontra, como Forma artística, a sua realização única e final; sendo assim, é preciso que a lista seja completa, que a totalidade dela esgote o universo realizado por essas formas, assim como

as categorias da gramática e da sintaxe constituem, em sua totalidade, o universo que se realiza na linguagem.

Um estudo minucioso permite distinguir duas formas desse gênero, nas quais se descobre a disposição mental e cujo itinerário e ação podem ser seguidos num terceiro nível, o das formas artísticas; em resumo, existem duas formas que se enquadram, sem dúvida, no nosso sistema fechado das Formas Simples; como não existem, na verdade, nomes correntes para designá-las, teremos, de certa maneira, de inventá-los.

Demonstrarei, nos capítulos seguintes, o que resulta dessas formas, tal como das outras Formas Simples; que elas se realizam na vida e na linguagem sob o domínio de uma disposição mental; que elas se encontram, *mutatis mutandis*, no mesmo estado indiferenciado da Legenda ou do ditado; enfim, que devem ser admitidas em nossa lista, se quisermos que o sistema seja completo.

Também neste caso procurarei não seguir uma linha puramente teórica, mas, de modo direto, mostrar onde e como essas Formas Simples — que não são geralmente reconhecidas como tais — são eficientes. Assim, começarei por um exemplo tão banal quanto possível.

II

No N.º 3 do ano de 1928 do *Berliner Illustrierten Zeitung*, lê-se um pequeno texto de divulgação que o seu autor — de nome Balder — intitulou "Groteske und Tragik im Strafrecht" (Farsa e Tragédia no Direito Penal). Nele, conta alguns casos ligados à legislação penal e por ele compilados. Vejamos logo o primeiro deles:

Um gatuno rouba a minha carteira na multidão de uma metrópole. Encontra cem marcos em notas pequenas e reparte-os com sua amiga, a quem conta o excelente golpe. Se forem apanhados, a amiga será punida na qualidade de receptadora de furto. Suponhamos agora que ele tivesse encontrado na carteira apenas uma nota de cem marcos; se a trocar e der cinqüenta marcos à mulher, esta não será processada. A receptação, de fato, só é possível se disser respeito às coisas obtidas diretamente por um ato culposo e não pelo valor monetário dessas notas.

Este caso remete-nos a dois parágrafos do Código Penal alemão:

§ 242 assim reza: "Todo indivíduo que tenha subtraído a outrem um bem móvel, na intenção de apropriar-se ilegalmente do mesmo, será acusado de roubo e punido com prisão..."

§ 259: "Todo indivíduo que tenha dissimulado, comprado, recebido em penhor ou tomado para si de qualquer modo, ou ainda ajudado a revender a um terceiro, para daí tirar proveito, bens que sabe ou deve supor, segundo as circunstâncias, terem sido obtidos por um ato punível, será acusado de receptação e punido com prisão..."

O que vemos aqui? Começemos por circunscrever nossas observações à primeira das duas partes que constituem visivelmente esta historieta.

Vemos uma regra — um parágrafo legal — transformar-se em acontecimento, assumir a configuração de acontecimento, pelo fato de a linguagem ter-se apoderado dele. Examinemos o fato mais de perto e veremos que se trata de uma *malfeitoria*.

O conceito de malfeitoria já desempenhou certo papel quando estudamos a forma da legenda e antilegenda; desejaria agora mostrar, nas linhas que se seguem, como as Formas Simples se situam em suas relações recíprocas, sem se misturarem, num mesmo fato da existência e na mesma esfera vital.

O leitor lembrar-se-á do que dissemos dessa disposição mental para a *imitação* de que resulta a Legenda: à malfeitoria pudemos chamar então um crime punível, na medida em que o Mal se objetivava e se convertia em crime autônomo. Já assinalarei também, nessa ocasião, este adágio fundamental do nosso Direito Penal: *nullum crimen sine lege, nulla poena sine lege*. Disse ainda que a lei é, neste sentido, a norma do crime a punir, assim como a norma da punição.

Vemos agora que a malfeitoria, o delito, pode ter dois sentidos muito diferentes, segundo se tome como objeto autônomo, na antilegenda, ou como infração a uma legislação, como ato ilegal, no sentido jurídico.

Recordemos em primeiro lugar a figura de Don Juan. Ninguém julga os seus atos em virtude de tudo o que se possa encontrar na Seção 13 da 2.ª Parte do nosso Código Penal, no tocante aos crimes e delitos contra a moralidade; vemos em seus procedimentos uma malfeitoria ativa, uma ação inteiramente punível,

independente dos parágrafos do código e fora do alcance desses parágrafos. Do mesmo modo, Ashavérus, o Judeu Errante, não é um indivíduo que infrinja o mandamento da caridade ("Ama o teu próximo"), mas o lugar em que se consubstancia a falta não condicionada por uma norma, o crime absoluto. Mesmo que se tenha examinado a validade jurídica do pacto assinado entre Fausto e o Diabo, vê-se logo que tal exame dissolve a forma da antilegenda e que não é possível julgar a validade desse pacto segundo as regras que regem os acordos entre duas partes contratantes; também aqui a coesão apresenta, uma vez mais, e de um modo que lhe é intrínseco, natureza de objeto.

Isso foi por nós observado ainda mais claramente na própria Legenda, onde não existe lei nem norma a que se possa remeter a virtude ativa; existem apenas testemunhas e uma convicção, apenas há milagres que confirmam, de maneira *absoluta*, a virtude objetivada.

Para voltar ao nosso caso, não estamos aqui diante de uma legenda ou antilegenda; o delito ou o crime são remetidos a uma prescrição cuja validade e extensão não podem nem devem ser postas em dúvida numa esfera determinada. O crime ou delito significam infração de uma prescrição, contravenção de uma norma instituída. Já não é a virtude ou a falta que se torna ato e objeto; tornam-se ato e objeto, neste caso, a *lei* e a *norma* a que são remetidos os atos de toda e qualquer espécie e a partir das quais se estabelece o julgamento que decidirá se tais atos são, por sua natureza, passíveis ou não de punição.

Já dissemos que a disposição mental da legenda e da antilegenda estabelecia uma diferença qualitativa entre o santo e o homem bom, de uma parte, e entre o anti-santo e o malfeitor contumaz, de outra parte. Na disposição mental em que nos encontramos agora, só existem diferenças quantitativas condicionadas pelo fato de se afastarem ou de se acercarem mais ou menos da norma. A mentalidade da Legenda mede *qualidades*; esta mede ou, melhor ainda, pesa *quantidades*.

Pode-se recorrer aqui à imagem da balança. *Pesar* deriva da mesma raiz de *ponderar*. Num dos pratos da balança, a lei pesa com todo o seu peso, pondera; no outro prato, a causa procura contrabalançar o peso da lei.

Observe-se agora, entretanto, que não só os atos de toda espécie, sejam bons ou maus, podem ser pesados de acordo com uma lei e avaliados segundo uma norma; a própria norma é

capaz, além disso, de sair da sua generalidade, de manifestar-se: em suma, de realizar-se de maneira determinada num gesto verbal.

É o que acontece na primeira parte do nosso episódio. A propriedade alheia foi atacada por gatunos; os cúmplices apossaram-se desses bens adquiridos por meio de um ato punível, embora lhes conhecessem a procedência; receberam-nos, sonegaram-nos, esconderam-nos em seu armazém ou porão: são receptadores. A natureza punível do ato está fixada numa norma jurídica e o *artigo da lei* é o peso com que os atos dessa espécie são pesados. No caso presente, a norma está na origem de um novo ladrão e de um novo receptador, que não existem *no ser* mas na *consciência*; ladrão e receptador que existem na linguagem, consubstanciam a norma e são o lugar de sua realização.

Quatro pontos assumem aqui importância essencial:

1. Um homem subtrai a outrem um bem móvel com a intenção de apropriar-se ilegalmente dele;
2. Esse bem móvel é constituído aqui por uma espécie monetária que, por sua natureza, pode ser dividida;
3. O homem conta sua ação a um terceiro, que fica sabendo assim terem sido os ditos objetos obtidos mediante um ato punível;
4. Essa terceira pessoa apodera-se do objeto para dele tirar proveito próprio.

Se reunirmos os quatro dados acima e os exprimirmos à maneira da norma chamada artigo da lei, teremos: após ter subtraído uma soma divisível de dinheiro com a intenção de apoderar-se ilegalmente dela, um indivíduo comunica o fato a uma terceira pessoa e, embora sabendo que a quantia foi obtida por meio de um ato punível, essa terceira pessoa toma para si uma parte dela. Aqui temos um belo exemplo de jargão jurídico, mas não de forma. Suponhamos que, em contrapartida, as palavras que designem e manifestem tais ações tomem seus respectivos lugares e que as unidades elementares e indivisíveis da norma passem a ser, pois, gestos verbais; na primeira parte do caso presente, os parágrafos atualizam-se então de modo tal que, mesmo se o caso parecer único em seu gênero, o peso da lei e o poder de avaliação da norma serão perfeitamente expressos e interpretados nessa unicidade.

Teremos, pois:

Caso fá-lo-iam peŕder completamente suas características de Forma Simples.

Deixemos de lado tais aditamentos permutáveis e não essenciais, para retornar aos elementos cuja necessidade é certa e essencial, visto que, reunidos em Forma Simples, correspondem aos quatro dados fatuais dos parágrafos da lei. Verifica-se, pois, que eles não são de solidez absoluta, apesar da sua necessidade. O ladrão deve continuar como tal, ladrão; a receptadora, porém, poderia não ser "uma amiga", poderia ser um receptador profissional, um camarada do ladrão ou um irmão seu; poder-se-ia tratar de cinquenta marcos e não de cem; a carteira poderia ser um porta-moedas contendo apenas alguns trocados e assim por diante. Estes elementos não são permutáveis entre si no mesmo sentido em que o são os aditamentos; são a expressão do essencial e percebe-se bem que *carteira*, a *nota de cem marcos* e a *amiga* esforçam-se por assinalar, o mais claramente possível, esse essencial; contudo, o gesto verbal não é tão concludente, não se apossa das coisas com tanta segurança quanto nas outras Formas Simples. Os gestos verbais do nosso Caso têm um aspecto atenuado e impreciso, quando os comparamos com os da Legenda, que captam e fundem o acontecimento num turbilhão irresistível (*roda armada de lâminas afiadas, deuses que se despedaçam*), ou mesmo com os do Mito (*a montanha, gigante que vomita fogo*). Falta examinar se, apesar de tudo, não existirão casos em que o gesto verbal é mais rigoroso.

IV

Abordemos primeiro a disposição mental do Caso; para que se possa observar ainda melhor a diferente situação dos critérios, eis dois outros casos extraídos de *Groteske un Tragik im Strafrecht*.

Continua sendo punível, hoje em dia, a tentativa exercida sobre um objeto inadequado com meios inadequados: se u'a mulher imaginar estar grávida, quando não está, e tomar um chá perfeitamente inócuo para eliminar o feto, que só existe em sua imaginação, será declarada culpada de tentativa de aborto.

Estamos, aqui, diante, em primeiro lugar, de um crime ou delito contra a vida e, mais precisamente, contra a "promessa

de vida" (Código Penal, Parte II, Seção 16), tal como se explicita no § 218:

A mulher grávida que tenha feito abortar voluntariamente ou matado antes do nascimento o fruto da concepção será punida com trabalhos forçados até ao prazo máximo de cinco anos. No caso de circunstâncias atenuantes, ela será punida com prisão durante seis meses, no mínimo...

Não estamos aqui, entretanto, na presença de um crime ou delito, mas de uma tentativa de crime ou delito, conforme previsto pelo § 43 (Código Penal, Parte I, Seção 2):

Se um indivíduo decidir cometer um crime ou delito e recorrer a atos que contenham um começo de execução desse crime ou delito, e se o crime ou delito não for perpetrado, esse indivíduo será punido pela tentativa...

Eis uma questão que é tema de acaloradas controvérsias nos meios jurídicos, como sublinha o autor do nosso artigo, pois trata-se de saber se a tentativa criminosa é possível no caso de "meios inadequados aplicados a um objeto inadequado". Para a legislação processual trata-se, evidentemente, de uma questão bastante espinhosa de destrinçar. Leva a conceitos muito difíceis de delimitar, como os de "inadequação absoluta" (tentativa de assassinato sobre um cadáver, tentativa de envenenamento com água açucarada) e "inadequação relativa" (tentativa de assassinato com uma tesoura de unhas, tentativa de envenenamento com uma dose insuficiente). Poder-se-ia enfatizar o "risco" incorrido, logo as probabilidades de êxito do ato cometido; mas a Suprema Corte Imperial emitiu em sessão plenária um acórdão que insiste sobre a intenção criminosa e declara punível toda "tentativa que use meios inadequados contra um objeto inadequado" (24 de maio de 1880). Convertida em norma jurisprudente, essa concepção dá origem a um novo Caso: fabricou uma *parturiente imaginária*, tal como o parágrafo 242 fabricava um *batedor de carteiras*.

Não se pode falar aqui de lacuna da lei, muito pelo contrário. No caso da amiga que recebera efetivamente o dinheiro roubado e fora informada do delito, a prescrição foi redigida de modo que ela não podia ser indiciada como receptadora, segundo a lei, e era impossível, portanto, puni-la, ainda que toda a gente tivesse consciência da sua culpabilidade. Quanto ao acórdão da Suprema Corte Imperial, a situação é a seguinte: ainda que o ato da "parturiente" fosse não só inteiramente isento de con-

seqüências, mas estivesse também longe de ser sequer um ato eficaz, na acepção própria do termo, deveria ser avaliado, entretanto, de acordo com uma norma superior que é a intenção e punido nessa conformidade. Também aqui a norma é aferida por uma outra superior.

Em ambos os casos, procede-se à pesagem do Caso. Na segunda parte do nosso primeiro exemplo, o Caso mostra que a validade e a extensão de uma prescrição vigente — que nesse caso o § 259 — são insuficientes se as medirmos de acordo com a norma de culpabilidade; por outro lado, o segundo Caso mostra uma prescrição vigente — o fato de avaliar, como no acórdão da Suprema Corte Imperial, o conceito de “tentativa” segundo o conceito de “intenção” — cuja extensão e validade excedem os limites de toda a realidade eficaz.

Citarei um terceiro Caso extraído do mesmo artigo:

Uma atriz caba de visitar, com seu sorriso mais encantador, uma colega que deve decorar o mais depressa possível um novo papel para o dia seguinte. Tendo ficado só por alguns instantes, aproveita habilmente a ocasião para esconder o manuscrito atrás de um armário. A colega busca-o, desesperada, não encontra o seu texto, não pode estudá-lo, portanto; tem um estrondoso fracasso e perde seu contrato. A sua rival não está sujeita a qualquer lei penal.

O autor faz um comentário explicativo a título de apresentação deste Caso: “Em certas circunstâncias, baixezas e vilanias inomináveis ficam e ficarão impunes, pelo fato de não violarem qualquer lei.”

Este caso vai ainda um pouco mais longe que os precedentes. A primeira parte do primeiro Caso era o lugar onde se realizava uma norma; o segundo Caso e a segunda parte do primeiro eram o lugar onde se realizava a luta entre duas normas no seio da lei ou, como se costuma dizer, a luta entre a letra e o espírito da lei. No caso da receptadora, a letra matava o espírito; no da gravidez imaginária, o espírito dava à letra um efeito imprevisto. No último caso, finalmente, vemos a insuficiência da lei em extensão e em validade: uma ação que acarreta grave prejuízo a outrem não pode, embora cometida com premeditação e após madura reflexão, ser entendida como tal, segundo as normas inscritas no Código Penal. Toda a gente sabe que foi cometido um delito, no próprio sentido do Código, e esse ato, entretanto, não é punível.

V

Depois de termos reduzido a Forma Simples do Caso e a disposição mental donde ela promana, com base em exemplos tomados aos nossos dias, vamos agora passar em revista um panorama mais vasto, a fim de ver onde é possível ainda encontrá-la e examiná-la em pormenor.

Começemos por um exemplo que nos é fornecido pela literatura indiana. Na segunda metade do século XI, houve um indiano, Somadeva, que reuniu grande número de relatos que circulavam em Cachemira e em outras regiões; deu-lhes um novo arranjo e à sua coletânea intitulou *Kathāsaritsāgara* [O Oceano Torrencial das Narrativas]. Essa compilação pode ser comparada às que nos foram legadas por outras épocas e outras regiões: as *Gesta Romanorum*, as *Mil e Uma Noites*, o *Decameron*. No seio desse *Oceano* encontramos relatos conexos, cuja reunião constitui o que se chama usualmente uma narrativa-moldura, noção esta que, a rigor, poderia aplicar-se ao *Oceano* todo.

Uma de tais narrativas-molduras assim inseridas no contexto geral é o *Vetālapañcavimśatika*, formado pelos “vinte e cinco relatos de Vetāla”:

Havia um rei famoso chamado Trivikramasena que recebia diariamente a visita de um mendigo e este lhe oferecia, de cada vez, um fruto em preito de homenagem. Ao cabo de dez anos, tendo um macaco apanhado um dos frutos para brincar, o rei descobriu que esses frutos escondiam jóias inestimáveis que haviam sido acumuladas na cava dos tesouros; o guarda do tesouro tinha, de fato, o hábito de lançar essas jóias pela janela do porão. Tendo o rei perguntado ao mendigo por que o honrava com homenagem tão dispendiosa, este confessou-lhe, em sigilo, que tinha necessidade da ajuda de um herói para cumprir uma bruxaria (e o rei indiano é um herói). Diante das oferendas e súplicas do mendigo, o rei vê-se obrigado a conceder-lhe ajuda — pois, no sentido indiano, o rei deve auxiliar aquele que o procura e honra — e o mendigo pede-lhe que venha ao cemitério quando a lua esteja em quarto minguante. O rei apresenta-se no lugar combinado, em meio a fogueiras e fantasmas assustadores; o mendigo pede-lhe então que vá buscar o cadáver de um homem enforcado numa figueira distante. O rei vai e corta o baraço; porém, assim que o cadáver cai por terra, põe-se a gritar e a gemer. Trivikramasena acredita primeiro estar na presença de um homem vivo e começa a friccionar-lhe o corpo; o cadáver solta gargalhadas sonoras e o rei compreende que o corpo está habitado por um espírito, um Vetāla. Dirige-lhe corajosamente a palavra mas

o cadáver volta logo a ficar pendurado da árvore. O rei compreende então que deve calar-se, volta a subir na árvore, baixa o cadáver, carrega-o nos ombros e parte em silêncio. De súbito, o Vetāla diz-lhe que vai contar uma história, para que o caminho se faça mais curto. Conta a sua história e percebe-se que ela contém uma pergunta, que se trata, portanto, de um Caso: trata-se de estabelecer quem é o responsável pela morte de dois homens. No final da narrativa, o Vetāla intima o rei a dar sua opinião, ameaçando-o de maldição se não o fizer: que sua cabeça estoure se ele, conhecendo embora a sentença, ficar calado. Essa maldição confirma uma obrigação e ratifica um dever a que o rei está sujeito como rei: o monarca indiano é, com efeito, um sábio; deve arbitrar os litígios e, portanto, resolver a questão proposta pelo Vetāla. O rei submete-se a esse dever e rompe, assim, o silêncio imposto; e o cadáver logo se vê pendurado de novo na figueira.

Vinte e três vezes seguidas se repete a cena; na vigésima quarta vez, o Espírito expõe um caso que o rei não sabe resolver; incapaz de decidir, não cumpre sua obrigação e mantém-se silencioso. O Vetāla está tão convencido da coragem e sabedoria do rei que o aconselha a matar o mendigo que queria sacrificá-lo para reinar sobre os espíritos e até sobre os espíritos celestes. Assim acontece e a narrativa-quadro termina da seguinte maneira: o rei deseja que as histórias do Vetāla sejam célebres por toda a parte e o Vetāla concede-lhe que os espíritos maus não tenham acesso aos lugares onde as histórias sejam lidas ou escutadas, mesmo que apenas em parte.

O desejo do rei foi parcialmente cumprido, visto que grande número desses Casos é conhecido no mundo inteiro. Para dar um exemplo demonstrativo de um Caso, escolho a segunda história.

Um brâmane tem uma bela filha. Mal saíra ela da infância, apresentam-se três pretendentes à sua mão, todos iguais em nascimento e perfeição. Cada um deles preferia morrer a vê-la casada com qualquer dos rivais. Quanto ao pai, teme ofender os outros dois pretendentes se a der a um deles; e a filha permanece solteira por algum tempo. De súbito, a donzela cai doente e morre. É incinerada e o primeiro pretendente constrói sobre suas cinzas uma cabana onde passa a morar. O segundo reúne-lhe os ossos e leva-os ao Ganges, o rio sagrado. O terceiro parte em peregrinação pelo mundo todo. Certa tarde, chega à casa de um brâmane. À mesa está uma criança mal comportada que chora. A mãe enfurece-se e joga a criança ao fogo, onde ela arde sob os olhares apavorados do peregrino. O pai tranquiliza-o, vai buscar um livro de magia, declama uma fórmula de encantamento e a criança regressa à mesa como antes. O terceiro pretendente rouba o livro durante a noite, volta ao seu país e ressuscita a donzela. Tendo passado pelo fogo, ela está ainda mais bela e pura. Os três rivais voltam a disputá-la mas, entre esta disputa e a anterior, quando todos os três eram iguais, ocorreu uma transformação, uma ação: cada um deles realizou, segundo determinada norma, o que acreditava dever fazer como

amante e como brâmane. Tem-se que decidir, portanto, quem deva casar com a donzela. "E agora, rei, — diz o Vetāla — resolve este debate." Que deve fazer o rei? Pesa todos os atos, interpreta-os. Aquele que devolveu a jovem à vida é seu pai; aquele que lhe levou os ossos até ao Ganges fez o que a tradição indiana manda que os filhos façam aos pais e, portanto, é seu filho; enfim, aquele que permaneceu junto dela, que repousou a seu lado, que fielmente a serviu e manteve sua casa junto dela, esse é o seu esposo. O rei falou, o cadáver retorna à árvore, tudo pode recomeçar — um novo Caso.

Já assinalei que a compilação de Somadeva retomou e deu novo arranjo a histórias mais antigas. Assim, há na Índia numerosas versões deste último caso, umas mais antigas, outras mais recentes. Reencontramo-lo na Europa e vemo-lo reaparecer na Itália desde os alvares da novela. As variantes deste Caso foram reunidas por W. H. Farnham em sua obra *The Contending Lovers* [Os Amantes Rivais] (Publications of the Modern Language Association of America, XXXV, 1920). Dele encontramos ainda um reflexo atenuado no poema de Uhland, *Es zogen drei Burschen wohl über den Rhein*.

Não pretendemos acompanhar as transformações de tal narrativa nas histórias da literatura e sim, compreender-lhe o caráter como Caso.

Em primeiro lugar, esse Caso mostra-nos um aspecto que não podia ser observado com tanta nitidez em nossa coletânea de casos jurídicos, embora também estivesse presente nela; referimo-nos ao fato de o Caso estar vinculado à pergunta. No Mito, o universo dá-se a conhecer em seus fenômenos por pergunta e resposta, e torna-se criação a partir da sua natureza. Na Adivinha, a pergunta e a resposta verificam e proclamam a pertença a uma iniciação. No Caso, a forma resulta de um padrão usado para avaliar ações, mas a questão contida em sua realização influi sobre essa norma. Pesa-se a existência, a validade e a extensão de diversas normas e essa pesagem contém uma pergunta: onde estão o peso e a norma necessárias à avaliação?

No Caso dos "rivais no amor", a pergunta é formulada com todas as letras. Na narrativa atualizada, é o rei quem tem o dever de solucionar; seu dever, porém, está inscrito de modo mais profundo e mais geral no Caso como tal. Desde o primeiro caso jurídico, já se pressente esse dever de decisão e a história da amiga receptadora sem o ser levava-nos a ponderar os argumentos dessa questão, os quais não foram formulados como tal.

— Que fazer? Deve ser punida ou não deve ser punida? Deve-se conservar o Código Penal como está ou mudá-lo? Deve prevalecer o espírito ou a letra da lei?

A forma do Caso tem a particularidade de formular a pergunta sem poder dar-lhe resposta; de nos impor a obrigação de decidir sem conter ela mesma a decisão: é o lugar onde se faz a pesagem, mas não se indica o resultado. O instrumento com dois pratos é a *bilanx* latina, a *bilancia*, a balança, donde os alemães derivaram o verbo *balancierem*, que significa “caminhar em equilíbrio”, “tentar manter o equilíbrio”. Existem no Caso todos os atrativos e todos os perigos desse equilíbrio e, para empregar uma expressão alemã, diríamos que tal forma é o lugar onde se realizam o balanço e a oscilação da disposição mental que pesa e pondera.

O Caso tem, portanto, uma segunda característica peculiar, a saber, que deixa de ser ele mesmo quando uma decisão positiva anula o dever de decisão. É esse o segundo ponto observável nas histórias do Vetāla e expresso na narrativa-moldura.

Em ligação com o primeiro Caso (o do batedor de carteiras e da receptadora), verificamos que o Caso tem a propensão de ampliar-se para redundar numa forma artística que é a Novela. Foi o que aconteceu com as narrativas de Vetāla. Mas, assim fazendo, a forma artística destruiu, por força de suas leis próprias, a Forma Simples de que nasceu. Tomada essa decisão, o Caso deixa de ser Caso. Todavia, a narrativa-moldura prossegue seu caminho e, mal um Caso é resolvido, já outro surge, como ocorre usualmente quando se vive no universo das normas; melhor dizendo, o desaparecimento de um Caso acarreta o aparecimento de outro, o que o “Oceano” exprime bem quando diz que “o cadáver encontra-se de novo pendurado na árvore” e o rei é forçado a recomeçar. O universo do Caso foi aí apreendido com argúcia surpreendente, visto que as ações do rei, na narrativa-moldura, também são determinadas a partir dessa forma: que ele responda ou não ao Vetāla constitui sempre um Caso, pois responder é cumprir a obrigação de rei e não responder é respeitar a lei do silêncio; enfim, ele desprende o cadáver cada vez, porque se encarregou de uma tarefa que lhe foi solicitada pelo mendigo. A seqüência, como um todo, só poderá ter fim se um Caso não for resolvido, se continuar sendo um Caso que não se converteu em autêntica Novela — o que só acontecerá na vigésima quarta narrativa, aquela em que o rei não soube resolver o Caso. A fórmula é então: “O rei pesava

e ponderava a pergunta do Vetāla sem encontrar resposta. E continuava mergulhado num silêncio profundo.” Aqui, tudo se equilibra, e conhecem-se poucos exemplos, na história das literaturas, de uma forma que se realize assim em todos os seus pormenores.

Um terceiro ponto nos é ainda mostrado pelas narrativas do Vetāla: elas indicam-nos onde procurar o Caso e em que momento nos encontramos no universo da balança.

Mais ainda que os outros povos, o indiano tem necessidade de viver de acordo com normas. Em nenhuma parte a noção de “guia”, entendido como coletânea de regras orientadoras, é tão viva quando na Índia. Existem guias que ensinam a alcançar e a conjugar os três grandes objetivos da existência, mas também os há para coisas totalmente diferentes e todos esses *Sūtras*, todos esses *Śāstras*, procedem a avaliações de acordo com certas normas. Um célebre drama indiano, o *Mrcchakatika*, mostra-nos um ladrão que efetua um roubo em cena. — Em nossa cultura, poderíamos determinar os artigos do código que esse homem infringe. Aqui, as coisas vão bem mais longe; o ladrão obedece às regras de um *Manual do Perfeito Gatuno*, que ele vai citando enquanto efetua seu trabalho de arrombamento (o roubo era, para ele, um trabalho); respeita um regulamento, obedece a prescrições. Lamentavelmente, já não dispomos desse manual da ilegalidade e pode-se até duvidar de que tivesse alguma vez existido. Mas um universo em que a existência se desenrola como realidade que pode ser julgada e avaliada segundo normas deve, forçosamente, a cada momento, produzir Casos. E, de fato, uma grande parte dos Casos que ainda hoje circulam e continuam sendo parcialmente reconhecíveis, apesar do seu caráter fechado, são de origem indiana.

VI

No Ocidente, nossa vida é preenchida de modo muito diferente; mas vamos nela encontrar a forma do Caso, sempre que se trate de ponderar as coisas dessa maneira.

Seria uma bela tarefa a de reconstituir a história do Caso e as migrações e modificações de cada Caso. Renunciemos a essa tarefa e limitemo-nos a assinalar que certos Casos tiveram

extraordinária difusão. Recordo a história da princesa e da ervilha, ou a dos glutões intimados a julgar a qualidade de um tonel de vinho antiqüíssimo; um deles encontra-lhe leve sabor a ferro, o outro, gosto, também muito leve, a couro; de fato, quando o conteúdo do tonel chegou ao fim, encontrou-se no fundo uma chave minúscula, atada a uma fita de couro, e que deveria ter caído no recipiente durante os trabalhos de lagar. Ambos os casos, com suas inúmeras variantes, mostram-nos um domínio em que a avaliação é difícil e em que, no entanto, se refletem certas normas: o domínio das sensações, do sentimento e do gosto.

As normas da Lógica também geram o Caso, desde a Antiguidade. É o Caso que realiza o sofisma trágico chamado do crocodilo. Tendo um crocodilo arrebatado uma criança, promete devolvê-la à mãe se esta lhe disser verdadeiramente o que ele pretende fazer. A mãe diz: "Tu não me entregarás o meu filho." E o crocodilo responde: "Não terás a criança em qualquer dos casos, ou por causa das tuas palavras, se falaste verdade, ou por causa do nosso acordo, se mentiste." E a mulher replica: "Devo ter de volta o meu filho em ambos os casos: ou por causa do nosso acordo, se falei verdade, ou por causa das minhas palavras, se me enganei". As variantes são aqui evidentes.

Existem outros domínios onde vemos igualmente os Casos acumularem-se e proliferar como cogumelos em determinadas épocas da cultura ocidental.

Penso na época da grande cultura palaciana, quando a vida era condicionada por certa espécie de amor e em que quase toda ação estava relacionada com esse amor cortesão, dele extraindo seu peso e força. Quando se faz uma avaliação do amor cortesão, resultam normas amorosas, suas regras, seu código, os artigos desse código e encontramos a Corte de Amor, que julga os delitos cometidos contra o amor e examina e soluciona, se possível, as questões de amor. A tensão amorosa ressoa nos poemas e canções de trovadores e poetas palacianos; as maneiras de amar são ilustradas pelo exemplo e pelo modelo, e a avaliação desse amor que pesa e pondera realiza-se no Caso.

Os Casos de Amor chegaram assim até nós em diversas espécies de tradição. Temo-los em seus primórdios, quando eram ainda apenas questões teóricas como: Deve um homem amar a mulher que lhe é superior pela riqueza e pelo estado, ou a mu-

lher que lhe é inferior nesses aspectos? Ou: Qual o máximo prazer para um amante: Ver a mulher amada ou pensar nela? Depois, vemos a pergunta tornar-se gradativamente uma forma: Dois moços amam a mesma donzela; ela toma a coroa de um e coloca-a na cabeça, entregando ao outro sua própria coroa. Qual dos dois jovens recebeu a maior prova da inclinação efetiva da donzela? Pouco a pouco, a forma vai ganhando contornos mais precisos, mais definidos, e o Caso começa a consubstanciar-se: Um jovem ama uma jovem. Uma alcoviteira velha e feia ajuda-o a entrevistar-se com a eleita de seu coração, mas os dois amantes são surpreendidos pelos irmãos da jovem. Estes poupam a vida ao ofensor, com a condição de que ele viva um ano com a jovem e um ano com a alcoviteira velha e feia. A pergunta que todos esperaríamos então seria: Aceitará o moço tais condições? Mas a fonte que estou citando aqui formula outra pergunta bem distinta: Com quem deve o jovem passar o primeiro ano? Ou ainda: Dois moços amam a mesma donzela; circunstâncias infelizes fazem com que ela seja condenada à fogueira, a menos que um cavaleiro prove pelas armas a inocência da jovem; o primeiro moço está disposto a bater-se por ela; o segundo, que só tardiamente teve conhecimento do duelo, apresenta-se para o combate e deixa-se vencer. Qual dos dois deu maior prova de amor?

Uma parte destes Casos de Amor é tão complicada e artificial que poderíamos suspeitar a presença de Formas relativas; mas o fato é que dificilmente se pode abarcar todas as consequências e normas resultantes de uma vida modelada pelo amor cortesão. Seja como for, os últimos casos, sobretudo o citado em último lugar, assim como os nossos primeiros casos jurídicos, mostram-nos que o Caso tende para a Novela, mas também que a Novela anula o Caso, na medida em que deve encontrar uma solução. Com efeito, a Forma artística a que chamamos, em particular, a "novela toscana", é oriunda em grande parte da Corte de Amor ou do Caso de Amor. Mas não tem lugar aqui.

Falamos de "Corte de Amor", de "delito contra o amor", de "julgamento". São outras tantas expressões que se aplicam à avaliação do Amor; designam também, por outra parte, noções resultantes de uma avaliação jurídica. Vemos um mesmo modo de expressão reunir diversos domínios em que se instala a disposição mental que pesa e mede a norma e a métrica. Não se trata aqui, uma vez mais, de transposições ou de expressões

figuradas; estamos em presença da *língua peculiar ao universo da avaliação*. Essa língua especial não é a mesma da Adivinha, mas não podemos deixar de reconhecer nela uma ambigüidade análoga. Se examinarmos mais de perto as expressões da linguagem trovadoresca do Amor, perceberemos que ela pode incluir ainda um outro domínio, além dos do amor ou da justiça; referimo-nos ao domínio da religião, melhor dito, ao da Teologia. Todas essas palavras — *clemência, serviço, recompensa* —, que encontramos a cada passo, também pertencem, com efeito, à linguagem teológica. Poderíamos aproximar a Corte de Justiça da Corte de Amor: nas duas, o rei ou a rainha têm o dever de sentenciar, na qualidade de juiz supremo. E também poderíamos aproximar o serviço amoroso do serviço divino. Recapitulando: a linguagem casuística tem como particularidade englobar todos os domínios em que há uma avaliação de acordo com normas estabelecidas, e um dos atrativos da linguagem do amor é que se vislumbra nela um eco, um reflexo, da linguagem da justiça e da Teologia.

Comparada com a música, a língua comum é a que nos dá os sons e a língua especial a que nos fornece os acordes: eis aí toda a harmonia das cantigas de amor dos menestrelis.

Devemos insistir numa dessas expressões, num dos gestos verbais do Caso: a recompensa. Esta pode ser um objeto e, como tal, estar carregada do poder do Caso, imbuída do significado total do Caso. Nesse sentido, a recompensa representa tanto o equilíbrio e a oscilação como a decisão inscritos no Caso. A recompensa, que é o salário do amor e da fé, está para o Caso; enquanto objeto, assim como a relíquia está para a Lenda e o símbolo para o Mito.

Eis-nos agora num domínio em que o Caso desempenhou importante papel na vida e na literatura ocidentais; refiro-me ao domínio da Teologia e, em particular, ao da Teologia moral ou doutrina dos deveres.

É nesse domínio que os Casos se apresentam em grande abundância e as obras que os reúnem encheriam uma biblioteca. Em sua aceção geral e corrente, a palavra *casuística* significa, precisamente, a atividade da Teologia moral, tal como floresceu na Igreja católica, sobretudo a partir dos fins do século XVI. Essa casuística foi freqüentemente desacreditada e, depois de Pascal, todos os que pretenderam atacar a Igreja, de dentro ou de fora dela, utilizaram amiúde a casuística como alvo predileto.

Ela passa por ser o instrumento de medição por excelência da moral católica e, quando se fala de casuística, entendemo-la como sinônimo de restrição intelectual e de jesuitismo, no pio sentido do termo.

Não posso, naturalmente, tratar aqui em pormenor dessa casuística; gostaria apenas de mostrar rapidamente de que modo a forma do Caso nela se realiza — tal como, anteriormente, no amor cortês. Já não se trata da moral com normas absolutas, como nos Mandamentos, nem de uma moral que consubstanciaria o livre impulso moral da fé; trata-se, antes, de uma moral que pesa as diferentes normas, de uma moral na escala móvel da avaliação, de uma moral equilibrada — termo que utilizamos em sentido perfeitamente sério. Parece-me ser clara a oposição entre essa moral e uma escolástica que procurava, tanto quanto possível, apreender as virtudes e os vícios como objetos; e também me parece evidente que tal avaliação tinha finalidades essencialmente humanas, não se limitava a proteger o penitente das concepções pessoais e dos humores do seu confessor; protegia-o também do desespero em face do pecado absoluto, que é o pecado mortal, e facilitava-lhe, portanto, o caminho do céu.

A casuística, entretanto, era compelida, por natureza, a travar numerosas querelas. Um panorama bastante preciso dessas controvérsias é encontrado no livro de I. von Döllinger, *Geschichte der Moralstreitigkeiten in der römisch-katholischen Kirche* [História das Querelas Morais na Igreja Católico-Romana] (Nördlingen, 1889). Entre os numerosos conceitos que o autor utiliza para seu trabalho, citarei um que considero de suma importância para o nosso assunto: o de *probabilismo*.

Diz ele:

Em numerosos casos, não se pode esperar a certeza absoluta no que se refere ao caráter de obrigação, permissão ou proibição. Estamos em presença de duas opiniões, uma e outra fundamentadas em argumentos, nenhuma delas certa, cada uma delas *probabilis*. Neste caso, ou se apóiam ambas em número igual de argumentos e são *aeque probabiles* [igualmente prováveis] ou então uma tem mais argumentos a seu favor e é *probabilior* [mais provável], sendo a outra *minus probabilis*; se os argumentos de uma opinião têm muito mais peso que os da outra, a primeira é *probabilissima* e a outra *tenuiter probabilis* [tenuemente provável]. A probabilidade pode basear-se, enfim, em argumentos internos, *probabilitas intrinseca*, ou argumentos externos, isto é, os que se baseiam na autoridade de pessoas tidas por competentes, *probabilitas extrinseca* (I, 3).

E assim sucessivamente; repetimos não ser nossa intenção acompanhar aqui as conseqüências práticas dessa maneira de ver; a citação basta para mostrar-nos, uma vez mais, a disposição mental de que partimos num domínio particular, em toda a sua extensão e nitidez. Quase nada existe a acrescentar. Semelhante disposição mental deve, na vida e na literatura, gerar necessariamente o Caso como tal e o universo moral que temos assim diante dos olhos só pode realizar-se nessa forma.

Os Casos que resultavam das controvérsias morais conservaram-se num círculo exíguo, tanto mais que não houve adversário em condições de usar e abusar deles. Creio, entretanto, que exerceram grande influência sobre a literatura em geral. Talvez fosse mais apropriado dizer que a mentalidade que se manifestou no seio da Igreja católica e no domínio restrito da teologia moral influi igualmente na literatura, em seu todo. Com efeito, a literatura dos séculos XVIII e XIX pesa e mede os motivos de uma ação de acordo com normas internas e externas, às quais se deu geralmente o nome de *psicologia*; esse critério fluido no julgamento dos personagens de uma obra artística como tal parece-me estar muito próximo do critério que vemos aplicado na casuística. Mas tais considerações tampouco têm lugar numa obra dedicada à Morfologia das Formas Simples.

O MEMORÁVEL

I

Existe uma outra forma que, em minha opinião, deve ser indicada na série de nossas Formas Simples. Gostaria de deduzir também essa forma diretamente das observações cotidianas.

Tenho sobre minha escrivaninha um velho jornal que serviu de envoltório para proteger um livro e, ao alisar as dobras, li o seguinte:

"O Suicídio do Conselheiro Comercial S."

O motivo para o suicídio do Conselheiro Comercial Heinrich S., que ontem à noite pôs fim à vida em seu apartamento da Kaiserallee, 203, foi, provavelmente, uma série de dificuldades financeiras. S., de origem turquestanesa, é o antigo proprietário de uma fábrica de vodka por ele já trespassada. Com 62 anos de idade, o desesperado vinha manifestando há algum tempo intenção de pôr fim a seus dias e esperou a noite passada, quando a esposa estava num concerto, para executar seu plano. A detonação do revólver foi ouvida pela Sra. Asta Nielsen, que reside no apartamento vizinho. A Sra. Nielsen foi a primeira a chamar o médico e a polícia.

Esta comunicação tem, obviamente, as seguintes finalidades: 1. Fornecer uma breve biografia do defunto conselheiro S.; 2. Esclarecer por que motivo um homem idoso e de reconhecida respeitabilidade optou pelo suicídio; 3. Prestar informações sobre a natureza do suicídio.

Para cumprir a primeira dessas finalidades, somos informados do lugar onde nasceu Heinrich S., da sua idade, de como adquirira sua fortuna e do local onde residia. Ao segundo ponto estão ligados: "uma série de dificuldades financeiras" e "a intenção de pôr fim aos seus dias". Quanto ao ponto 3, são prestadas as informações seguintes: utilização de uma arma de fogo, escolha da noite em que sua esposa estava ausente, polícia chamada por uma vizinha que fora alertada pela detonação do revólver.